

112 - Economia

Das "derramas" ao arrastão fiscal de Itamar

MAURO LEITE
DE MAGALHÃES PINTO

O acirramento das contradições entre o governo e a sociedade é típico dos quadros de recessão econômica, apesar das diferenças e especificidades de cada país e de cada época. Há exemplos na nossa própria história, como as "derramas" fiscais que, no século 18, assolaram o nosso povo, provocando inúmeras revoltas contra a metrópole, dentre elas a Inconfidência Mineira.

Os conflitos se agravavam à medida que o esgotamento das minerações de ouro, provocado por décadas a fio de exploração, reduzia a produção das minas e ocasionava a queda da receita tributária da metrópole constituída pelo "quinto" do ouro extraído. Num clima de desconfiança mútua a Metrópole denunciava o "contrabando" e a "sonegação", adotando medidas cada vez mais rígidas e repressivas para aumento da receita, enquanto o povo alegava o esgotamento das minas e reclamava das durezas das leis e dos métodos de arrecadação.

Se, por um lado, de fato, as minas se esgotavam, diminuindo a produção aurífera, também aumentava a "sonegação" e o "contrabando", em razão da necessidade de sobrevivência das atividades mineradoras e da falta de legitimidade do governo colonial.

Esta fase distante da nossa história lembra, em linhas gerais, a situação atual resultante da política inflacionária e recessiva de Marcílio Marques Moreira. A política "neoliberal moderna" do ex-ministro, associada à falta de credibilidade crescente do governo Collor, que terminou com o impedimento do ex-presidente, acabou por gerar uma profunda crise econômica e social. Ela se sustentava na liberação geral dos preços e na



desregulamentação da economia, na política de juros reais positivos, na privatização e na redução do Estado, no arrocho salarial e fiscal sobre as classes assalariadas de renda média e baixa e numa política de expansão vertiginosa da dívida mobiliária interna do governo federal a partir de dez/1991.

Marcílio assumiu o ministério com uma inflação de 5% e deixou-o com uma taxa de 25% ao mês. A medida que a recessão se agravava e que avançava o processo de impeachment do presidente, em meio a uma onda interminável de denúncias de corrupção e de irregularidades no governo, cresciam os protestos da população contra a carga fiscal e, obviamente, aumentava o índice de "sonegação". Esboçava-se assim um quadro de conflitos crescentes entre governo e sociedade, típico das fases de recessão econômica, porém, agravado no nosso caso pela crise do "impeachment" de Collor.

A experiência mundial e a literatura econômica, contudo, já nos permitem atualmente um entendimento claro do processo inflacionário e recessivo e apontam os caminhos e os instrumentos para a saída da crise. Hoje já se sabe que na base de recessão econômica caem a produção e a atividade econômica e, em consequência, a base tributária e a receita fiscal efetiva.

Nos períodos de prosperidade e crescimento, pelo contrário, em regime de estabilidade de preços, expandem-se a atividade econômica, a produção e a renda social e, em resultado, cresce também a receita fiscal do governo. É o caso do desenvolvimento dos países ricos nestas últimas décadas.

Logo, o que o País precisa é retomar o desenvolvimento econômico e social e não aumentar a carga fiscal. Ora, acontece que é impraticável um desenvolvimento econômico e social numa conjuntura inflacionária especialmente numa inflação crescente, que já ultrapassa os 30% mensais. É pois necessário e indis-

pensável que o governo promova a estabilização dos preços, o mais urgentemente possível.

Outro projeto, irmão gêmeo da "Reforma Fiscal", ambos filhos diletos da política inflacionária e recessiva deflagrada pelo ex-ministro Marcílio é o de privatização das estatais e dos serviços públicos essenciais.

A privatização das estatais, no início uma fonte extra de recursos e um meio do governo livrar-se de uma responsabilidade incômoda e em muitos casos desnecessária, tornou-se uma fonte de desperdício de recursos e de expressivas perdas patrimoniais. O governo investiu bilhões de cruzeiros a fim de sanear-las e vendê-las a "preço de banana", em troca das "moedas podres". O resultado até agora é que o governo ficou sem as empresas e sem o dinheiro.

A verdade é que a falta de oportunidades de investimentos decorrente da recessão induz os investidores e empresários a buscarem a segurança do colo governamental. Tal política é, na verdade, o antônimo da livre iniciativa, um retorno às instituições feudais da Idade Média, pré-capitalistas, pois cria privilégios e constitui cartórios de empresas privadas bloqueando a entrada de novos empresários e abolindo a concorrência, tão importante para o aumento da produtividade e a redução dos custos e dos preços. É uma política inteiramente avessa aos princípios básicos da economia de mercado. A privatização das estradas é então o mais medieval de todos os privilégios, imaginem só cada trecho de estrada entregue a um senhor feudal, como na Europa do século 14, a cobrar à vontade taxas e pedágios. É um entrave ao desenvolvimento do comércio e da economia, já derrubado por ocasião da Constituição dos Estados europeus modernos e que querem reimplantar aqui, num momento exato em que o desenvolvimento mundial marcha no sentido contrário da eliminação das fronteiras e

das barreiras alfandegárias nacionais, nas Américas, na Ásia e na Europa.

Da mesma forma é ridícula a privatização de presídios. Basta imaginar um presídio privado, voltado para a maximização da rotatividade e dos lucros. Terá suítes presidenciais, para juizes, para deputados e para governadores, com piscinas, TV a cabo, etc. Uma saída noturna custaria US\$ 100,00 e um passeio de uma hora, US\$ 10,00, etc.

Dentro de um quadro conjuntural de estabilização de preços e de retomada do desenvolvimento econômico, porém, haveria a expansão dos mercados ampliando-se as oportunidades de investimento para os empresários e investidores, o que tornaria desnecessário e inoportuno o projeto de abertura dos serviços públicos e de privatização das estatais, nos moldes em que vem ocorrendo.

Os crescimentos da demanda agregada e do mercado interno representariam para o governo a expansão da base tributária e maior arrecadação fiscal e, para as empresas privadas, o aumento das vendas, das receitas e da capacidade de pagamento.

A queda do custo do dinheiro, por sua vez, importaria na redução das despesas públicas de um lado e de outro, na diminuição das despesas financeiras das empresas privadas, aumentando a taxa de lucro e amenizando a carga tributária.

A reforma fiscal e a política de privatização dos serviços públicos e das estatais (da forma como vêm sendo executadas) só fazem sentido, portanto, dentro da política inflacionária e recessiva adotada pelo ministro Marcílio, fundada na espiral acumulativa da dívida interna, na liberação geral dos preços e nos arrochos salarial e fiscal. No âmbito de uma política de desenvolvimento, estas reformas perdem sua razão de ser.

■ Mauro Leite de Magalhães Pinto foi professor de economia financeira e monetária na UnB.